

## Adunicamp posiciona-se com relação ao *Prouão*

O governo federal alardeia a implementação de medidas para avaliar o ensino superior no país, com o suposto objetivo de melhorá-lo. Entretanto, apesar das intenções manifestas no Decreto 2026, de 10 de outubro último, de estabelecer um processo de avaliação fundamentado em diversos indicadores, é por demais evidente que a propalada avaliação do ensino superior no país dará ênfase exagerada ao "Exame Nacional dos Cursos", o chamado *Prouão*, definido na Lei 9131, de novembro de 1995.

O CRUB, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, mesmo considerando a importância da avaliação como elemento de aprimoramento do sistema de educação, manifestou sua preocupação com a forma escolhida pelo MEC, temendo que ela se torne um fator de desagregação entre as instituições. Da mesma forma, a ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e a ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - Sindicato Nacional) posicionaram-se publicamente condenando não apenas o instrumento do "Exame", como a forma autoritária pela qual o processo vem sendo conduzido. A UNE, União Nacional dos Estudantes, tem também manifestado, reiteradamente, sua posição contrária ao *Prouão*, ressaltando, como a ANDES e a ANDIFES que de forma alguma é contra a avaliação do ensino superior. Essa também é a posição de coordenadores de cursos de graduação, diretores de faculdades e mesmo de integrantes da própria comissão do MEC instituída para implementar o *Prouão*.

A imprensa, de modo geral, fazendo uma análise superficial dos fatos, expõe a equivocada idéia de que as Universidades e os próprios estudantes estariam reagindo ao Exame do MEC por temor de serem avaliados.

A Adunicamp, reunido seu Conselho de

Representantes, julgou oportuno tornar pública sua posição sobre o *Prouão* e sua relação com a desejável avaliação permanente do ensino superior no país.

A Adunicamp considera que uma prova genérica, destinada a avaliar currículos e válida para todo o país, não se presta à avaliação de qualquer instituição de ensino superior. Vale lembrar que já existe um mecanismo de avaliação institucional do próprio MEC, o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), que vem sendo aplicado inclusive na Unicamp, cujos resultados serão tornados públicos oportunamente.

A valorização de instrumentos adequados de avaliação como esse, evitaria o desperdício de recursos com um exame de "faz-de-conta" como o *Prouão*. Como reconhece o próprio MEC, o simples comparecimento a esse "Exame", mesmo sem o preenchimento da prova, já garante ao formando o acesso ao registro do seu diploma. Daí que convém ao aluno comparecer ao *Prouão* e assinar a lista de presença pois, segundo o MEC, o não comparecimento implica na postergação, por seis meses, do registro do diploma.

O processo de instituição do "Exame Nacional de Cursos" afronta, ainda, a autonomia universitária, na medida em que se impõe contra a manifesta oposição pública das principais entidades representativas da comunidade acadêmica. A que vem então, o *Prouão*, nesse contexto? Serviria às intenções veladas de desmonte do ensino superior público?

Por tudo isso, a Adunicamp posiciona-se **contra** a forma escolhida pelo MEC para avaliação das instituições e cursos superiores, comprometendo-se não obstante a continuar participando das iniciativas que visem encontrar melhores formas de realizar uma avaliação permanente que de fato garanta a qualidade da formação universitária no Brasil.

## Docentes manifestam-se contra o Provão

*Reproduzimos a seguir, carta à comunidade universitária, encaminhada à Adunicamp no último dia 5 de novembro.*

Se o Ministro da Educação realmente quisesse conhecer a qualidade dos cursos universitários ministrados no país, bastaria fazer a pergunta no seu próprio Ministério, onde funcionários competentes e com experiência no assunto não teriam dificuldades para respondê-la, mas, certamente, acrescentariam que a resposta apresentada poderia ser muito mais rigorosa e precisa se contassem com melhores condições de trabalho e com o seu apoio político efetivo.

Surgida logo após a fabulosa idéia da substituição do vestibular por um exame geral ao final do curso secundário, esse **Provão** não pode deixar de ser associado a uma operação de promoção pessoal do Ministro-que-queria-outro-ministério, dentro de um governo que transformou o **marketing** em norma de procedimento político absoluto, sem o menor respeito pelas necessidades e prioridades do conjunto da população, inclusive e particularmente, em matéria de ensino.

Esse **Provão** é incapaz de fundamentar uma avaliação sobre a qualidade do ensino sequer comparável àquela que poderia ser obtida através da ação coordenadora dos serviços especializados do próprio Ministério, a qual teria a vantagem de não ferir a autonomia universitária (cuja defesa, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras resolveu assumir) e permitir o aproveitamento de excelentes sistemas de avaliação já existentes, em certas universidades ou em certas áreas, como a Medicina.

O malefício que isso causará ao ensino superior irá ainda muito mais longe e muito mais fundo. No secundário, como todos sabemos, a associação do vestibular ao privilegiamento das escolas privadas levou à falência do ensino público e do ensino em geral. Com o **Provão** (um exame mais vagabundo do que qualquer vestibular) e o privilegiamento das universidades priva-

das, o mesmo acontecerá com o ensino superior. Só o mais radical idealista resistirá à tentativa de transformar o seu curso em alguns anos de **embromação** e um ano de um novo **kursinho**, preparação para o **Provão**. A universidade não teme a prova mas as suas conseqüências.

A cultura intelectual do país, a atividade de milhares de professores, a formação de dezenas de milhares de jovens receberão um golpe violento. De imediato, ele atinge diretamente os estudantes em final de curso, repentinamente colocados diante de um novo e imprevisível obstáculo às suas futuras carreiras profissionais. É inacreditável a tranqüilidade do Ministro ao afirmar que as notas atribuídas a esses estudantes poderão ser mantidas em segredo, que eles poderão até mesmo escolher nem conhecê-las. O que eles dirão, depois, no mercado de trabalho, quando lhe pedirem essa nota? Perguntem ao Ministro?

Tendo em vista todas as suas implicações, notadamente esta última, a única atitude aconselhável para os mais direta e imediatamente ameaçados pelo **Provão** é aquela já indicada pela **UNE: comparecer ao exame** (para não correr o risco de ficar sem o registro do diploma), **mas entregá-lo sem respostas**. Uma situação paradoxal criada pela irresponsabilidade ministerial, esta, sim, de meter medo.

Por tudo isso, **apoiamos a decisão da UNE**, mais uma vez ao lado do ensino público, do ensino universitário de qualidade; e repudiamos a iniciativa do Governo, como de hábito, do outro lado, aliado a interesses privados, particulares, contra os interesses nacionais.

Adolpho Hengeltraub (IFGW)  
José Vitorio Zago (IMECC)  
Roberto Teixeira Mendes (FCM)  
Sérgio Silva (IFCH)

## Seja um doador de órgãos

A doação de órgãos vem se tornando uma preocupação constante para os profissionais que lidam com transplante. Segundo o professor Ubirajara Ferreira, da Central de Captação de Órgãos, HC/Unicamp, a falta de doadores deve-se muitas vezes ao desconhecimento das condições pelas quais a doação pode ser efetuada.

Para ser um doador, basta ter o cartão de doação Vale Vida e comunicar à sua família o seu desejo.

O cartão Vale Vida está à disposição na Central de Captação de Órgãos no HC/Unicamp. Maiores informações pelos ramais 7525/8656.

